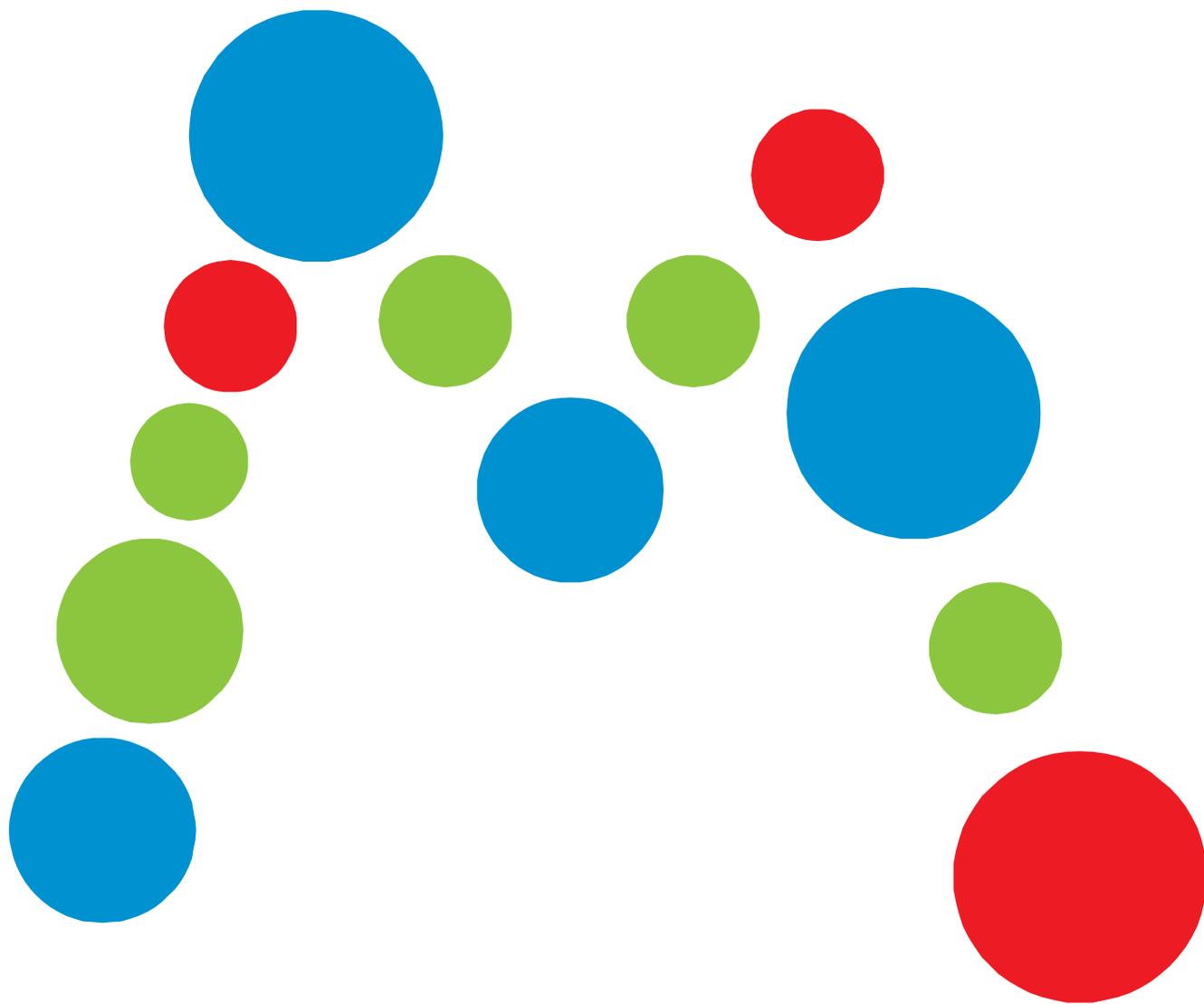


Mercados

informação global



Panamá Ficha de Mercado

Outubro 2008



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1. Situação económica e Perspectivas	04
2.2. Comércio Internacional	05
2.3. Investimento	08
2.4. Turismo	09
3. Relações Económicas com Portugal	10
3.1. Comércio	10
3.2. Investimento	13
3.3. Turismo	13
4. Relações Internacionais e Regionais	14
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	15
5.1. Regime Geral de Importação	15
5.2. Regime de Investimento Estrangeiro	16
5.3. Quadro Legal	18
6. Informações Úteis	19
7. Endereços Diversos	21
8. Fontes de Informação	23
8.1. Informação Online aicep Portugal Global	23
8.2. Endereços de Internet	24

1. O País em Ficha

Área:	75.990 km ²
População:	3,3 milhões de habitantes (estimativa em Julho de 2008)
Densidade populacional:	43,4 hab./km ²
Designação oficial:	República do Panamá
Forma de Governo:	Democracia constitucional
Chefe de Estado e do Governo:	Presidente Martín Torrijos (eleito em Maio de 2004, por 5 anos)
Primeiro Vice-Presidente:	Samuel Lewis Navarro
Data da actual Constituição:	11 de Outubro de 1972, embora tenha sido objecto de várias reformas em: 1978, 1983, 1994 e 2004
Principais partidos políticos:	<u>Governo</u> : Patria Nueva (PN), coligação que abrange o Partido Revolucionario Democrático (PRD) e o Partido Popular (PP). <u>Oposição</u> : Partido Panameñista (anteriormente Partido Arnulfista); Movimiento Liberal Republicano Nacionalista (Molirena); Cambio Democrático (CD); Union Patriótica (UP, abrangendo o Solidaridad e o Partido Liberal Nacional). As últimas eleições legislativas e presidenciais foram em Maio de 2004, estando previstas as próximas para Maio de 2009
Capital:	Cidade do Panamá (813 mil habitantes - censos Julho 2005)
Outras cidades importantes:	Colón (199 mil habitantes); David (138 mil habitantes)
Religião:	Quase todos os habitantes professam o cristianismo e cerca de 84% são católicos romanos
Língua:	A língua oficial é o castelhano, mas o inglês é muito utilizado
Unidade monetária:	Balboa do Panamá (PAB), que circula a par com o dólar americano; 1 PAB = 100 centésimos 1 EUR = 1,2757 PAB (Outubro 2008 – Banco de Portugal)
Risco país:	Risco político – BB (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco de estrutura económica – B (idem)
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Julho 2008 - http://cgf.cosec.pt)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp.+ Imp. / PIB = 110,7% (2007) Imp. / PIB = 63,4% (2007) Imp. / Imp. Mundial = 0,08% (2007)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) - Country Report e ViewsWire;
INE; COSEC
Banco Nacional de Panamá
Ministério de Economía y Finanzas
CIA; OMC

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspectivas

A economia do Panamá tem vindo a mostrar um forte dinamismo nos últimos anos, com o PIB a crescer a um ritmo de 4,2% em 2003, de 7,2% em 2005 e a atingir os dois dígitos em 2007 (não obstante esta evolução, a pobreza ainda atinge cerca de 1/3 da população). Diversos mega-projectos, quer do sector público, quer do sector privado - dos quais o maior é o da expansão do Canal, materializado na duplicação da sua capacidade, o que proporcionará a passagem de maiores navios, sejam de carga, sejam cruzeiros - são os principais responsáveis por esta evolução, compensando, em simultâneo, as consequências das dificuldades económicas pelo que o mercado dos EUA, grande parceiro do Panamá, está a passar. Espera-se que no período 2009-2010, o Panamá seja um dos países da América Latina que apresente maior crescimento económico, que continua a ser suportado pela forte procura externa no sector dos serviços: transporte e comunicações contribuem com cerca de 21% para o PIB. O crescimento do comércio mundial contribuiu para um bom desempenho do Canal, dos portos e da Zona Livre de Colón (ZLC). Um importante papel tem estado igualmente a ser desempenhado pelo sector da construção civil, com o aumento da construção de habitações, fazendo face à elevada procura externa, principalmente norte-americana (segundas casas ou casas para o período pós-reforma), situação que poderá sofrer algum retrocesso, face à fase económica que este país atravessa.

Contudo, e independentemente da expansão do Canal do Panamá (cuja obra se espera esteja pronta cerca de 2014/2015), as prioridades governamentais imediatas vão no sentido de implicar uma descida da inflação, enquanto se consolidam melhorias no sector público e se trava a evolução da pobreza, através da implementação de várias medidas, das quais se destaca, a longo prazo, a centralização de todos os esforços no Conselho de Concertação Nacional para o Desenvolvimento.

A inflação crescerá mais rapidamente a partir de 2007, sendo 2008 a primeira vez, ao longo de um período de 28 anos, que se apresenta com dois dígitos e que se espera atinja o seu pico. Medidas administrativas, evoluções cambiais do dólar face a outras moedas importantes, a quebra dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares, poderão justificar a previsão de uma descida, a partir de 2008 e até 2010.

O défice comercial - excluindo a Zona Livre de Colón – em resultado de uma quebra por parte da procura americana e de um acréscimo nas importações (especialmente relacionadas com a expansão do Canal e outros projectos de investimento), resultará, para o período em análise, num valor bastante mais agravado.

As exportações, muito baseadas em produtos alimentares agrícolas, são responsáveis por uma quebra da quota do comércio externo, enquanto a ZLC regista uma maior influência neste domínio.

Mas o défice da conta corrente (em % do PIB) para 2009-2010 será mais restrito, consequência de uma redução na procura de bens de consumo, bem como da quebra nos preços dos combustíveis, o que conduz, implicitamente, a um desagravamento das importações.

Por último, uma breve referência ao processo eleitoral que se aproxima – Maio 2009 – o que significa um período actual com foco na actividade dos vários partidos políticos, dominado por propostas de actuação de um próximo governo.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^b	2009 ^c	2010 ^c
População	Milhões	3,2	3,3	3,3 ^b	3,4	3,5 ^b	3,5 ^b
PIB a preços de mercado	10 ⁶ USD	15.465	17.134	19.740	24.289	28.204	32.936
PIB per capita (PPP)	USD	11.198	12.338	13.891 ^b	15.273	16.379	17.599
Crescimento real do PIB	%	7,2	8,5	11,5	8,4	5,9	7,0
Taxa de desemprego	%	10,3	8,7	6,4	6,3	6,4	6,5
Taxa de inflação	%	2,9	2,4	4,2	10,6	9,7	8,2
Dívida externa (fim do ano)	10 ⁹ USD	9,8	10,0	10,4	10,9	12,1	13,3
Balança corrente	10 ⁹ USD	-1,0	-0,5	-1,4	-2,5	-2,2	-2,6
Balança corrente	% PIB	-5,0	-2,4	-7,2	-10,4	-7,8	-7,9
Taxa de câmbio (média)	1 USD = XPAB	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: a) efectivo

b) estimativas

c) previsões

PAB – moeda local Balboa do Panamá

2.2. Comércio Internacional

Apesar da importante contribuição líquida da ZLC (a segunda maior a nível mundial a seguir a Hong Kong) para as exportações, o Panamá tem tradicionalmente uma balança comercial deficitária, reflexo de um fraco sector agrícola e de uma indústria pouco desenvolvida, factores que tornam o país fortemente dependente das importações.

Ao longo do período 2003-2007, as exportações cresceram cerca de 84%, enquanto que as importações duplicaram.

Evolução da balança comercial

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportação fob	5.072	6.080	7.375	8.478	9.338
Importação fob	6.274	7.617	8.933	10.190	12.521
Saldo	-1.202	-1.537	-1.558	-1.712	-3.183
Coeficiente de cobertura (%)	80,84	79,82	82,55	83,19	74,57
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	127º	130º	130º	133º	138º
Como importador	97º	99º	99º	100º	95º

Fontes: EIU, OMC

No que se refere aos principais países clientes do Panamá, o mercado norte americano mantém-se em 1º lugar ao longo destes 3 anos, muito embora apresente oscilações de vulto, relativamente à quota que disfruta no país; em 2004 a quota dos EUA foi de 49%, passou para 38,5% em 2005, enquanto que em 2007 é de 35%, podendo indiciar uma maior diversificação de mercados clientes, por parte do Panamá. Como 1º cliente, as compras dos EUA são representadas em cerca de 68% por peixe, crustáceos e moluscos.

A Holanda e a China são parceiros que têm subido no respectivo ranking, em detrimento de oscilações por parte da Suécia e da uma grande quebra por parte da Espanha, país que em 2005 e 2006 foi o 2º mercado cliente do Panamá.

Já as reexportações (FOB) da ZLC cresceram cerca de 10%, face a 2006, sendo que para os EUA se destinam apenas 3,4%; a Venezuela, a Colômbia e alguns países da América Central são os principais compradores desta Zona. Destacam-se, entre outros, os medicamentos, aparelhos receptores de TV, produtos de toucador e câmaras de vídeo.

Principais Clientes

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	38,5%	1º	44,5%	1º	34,9%	1º
HOLANDA	6,7%	3º	4,8%	4º	10,2%	2º
CHINA	ND	ND	ND	ND	5,6 %	3º
SUECIA	5,6%	4º	5,6%	3º	5,5%	4º
ESPAÑHA	8,2%	2º	8,8%	2º	ND	ND

Fonte: EIU

Sobre os principais fornecedores, uma observação se impõe desde já, que é o facto de não termos acesso à realidade de 2006.

Quanto ao período constituído pelos 2 restantes anos, os EUA continuam a posicionar-se em 1º lugar, com a quota de mercado em ascensão, as Antilhas Holandesas a permanecerem como 2º país fornecedor, embora com menor quota de mercado, a China subitamente a posicionar-se em 3º lugar (destronando a Costa Rica que em 2003 ocupou esta mesma posição) e o Japão a revelar alguma estabilidade.

Principais Fornecedores

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	27,4%	1º	ND	ND	30,2%	1º
ANTILHAS HOLANDESAS	11,4%	2º	ND	ND	7,1%	2º
CHINA	ND	ND	ND	ND	5,2%	3º
JAPÃO	4,5%	4º	ND	ND	4,8%	4º
COSTA RICA	4,7%	3º	ND	ND	ND	ND

Fonte: EIU

Não obstante alguns indicadores poderem levar a antever várias dificuldades nas exportações, o consumo interno continua vigoroso, com as importações de bens de consumo em crescimento, face ao período homólogo de 2006.

De um modo geral, as exportações do Panamá eram fundamentalmente constituídas por produtos alimentares - bananas, camarão e açúcar . Por variadas razões, que se estendem desde a flutuação dos preços do açúcar nos mercados internacionais, a factores relacionados com as bananas e o camarão, actualmente este conjunto de produtos tem uma menor representatividade, no cômputo global das exportações.

As exportações de serviços, em 2007, registaram um acréscimo 20% face a 2006, destacando-se os seguintes factores: as entradas pelo Canal do Panamá cresceram 14,8% (e representam perto de 9% do PIB), as despesas dos turistas subiram 23,4%, a ZLC 11% e os serviços portuários cerca de 40%.

Actualmente o sector portuário é o mais prometedor, muito especialmente na área dos serviços; segundo o Ministério da Economia y Finanzas, 82% dos contentores que aqui passam fazem serviços de transbordo; as entradas aumentaram 40% face a 2006.

Relativamente às importações, registou-se uma subida rápida na 2ª metade dos anos 90, devido à redução das tarifas aduaneiras e ao aumento da procura interna, provocando um acréscimo na compra de bens de consumo (representados essencialmente por bens duradouros, semi duradouros, utensílios domésticos, combustíveis e lubrificantes) e intermédios (matérias primas e produtos para a agricultura e construção). Por outro lado, o encerramento de uma refinaria levou a uma maior procura de produtos petrolíferos. Os bens de capital são identificados como bens para a agricultura, telecomunicações e electricidade.

Se considerarmos o total das importações (bens e serviços), cerca de 77% são representadas por produtos e 23% por serviços.

Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Produtos agro pecuários	48,5%	Bens de consumo	39%
Peixe e outros produtos marinhos	35,5%	Bens intermédios	31%
Outros bens	15,9%	Bens de capital	30%

Fonte: Ministério de Economía y Finanzas

2.3. Investimento

Nos últimos cinco anos, os fluxos anuais de IDE no Panamá têm sido de pequena expressão, com o ano de 2004 a atingir no respectivo ranking, em termos de país receptor de investimento, a posição mais baixa registada neste período, 62º lugar.

As crescentes oportunidades relacionadas com a expansão do Canal, o grande desenvolvimento da área da construção e o pico atingido pelos serviços financeiros e pela indústria conduziram a um determinado acréscimo nos níveis do IDE, muito particularmente depois de 2004.

Alguns exemplos podem ser referidos como oportunidades de investimento no Panamá: os seus portos e todas as actividades conexas, o turismo, os serviços (bancos, seguros e resseguros), além da própria localização do país, considerada privilegiada para a implementação de algumas indústrias para exportação (a existência das denominadas “Export Processing Zone”, que proporcionam determinados incentivos à indústria exportadora), etc. Enfim, pode-se dizer que o Panamá é uma região que funciona como sede de múltiplas empresas multinacionais (mais de 100), cujo objectivo é a distribuição dos seus produtos por países vizinhos e por toda a América do Sul.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro no Panamá	771	1.004	962	2.574	1.825
Investimento do Panamá no estrangeiro	3.243	1.767	1.372	2.209	2.704
Posição no "ranking" mundial					
Como receptor	67 ^o	62 ^o	74 ^o	63 ^o	73 ^o
Como emissor	24 ^o	36 ^o	42 ^o	43 ^o	47 ^o

Fonte: World Investment Report 2008

O investimento directo (ID) do Panamá no estrangeiro é mais significativo, alcançando posições superiores no ranking de país emissor e apresentando valores em crescimento.

2.4. Turismo

O Panamá é um país geograficamente privilegiado, considerado uma ponte entre 2 continentes e entre 2 oceanos.

Anualmente, cada vez mais, um maior número de cruzeiros atravessa o canal do Panamá; este país permite viagens do Norte para o Sul da América, além de viagens com origem noutros continentes.

Os EUA, possibilitam muito facilmente ligações de viagens aéreas para o Panamá, com origem em Miami, Orlando, Houston, Nova Iorque, Washington DC, Dallas, ou mesmo Los Angeles.

Indicadores do Turismo

	2000	2004	2005	2006	2007*
Turistas (10 ³)	484	621	702	843	1.103
Receitas (10 ⁶ USD)	458	651	780	960	1.185

Fonte: WTO – World Tourism Organisation 2008

Nota: * dados provisórios

A América Central é uma sub-região do continente americano que maior e mais rápido crescimento tem apresentado nesta área, beneficiando claramente da implementação do acordo de livre comércio DR-CAFTA.

O mais rápido crescimento desta zona foi registado no Panamá, sendo a sua boa performance económica e a sua localização geográfica – de acordo com o Banco Mundial tem potencialidades para se transformar numa "Singapura das Américas" – exemplos que justificam a evolução que se tem vindo a registar.

Uma breve alusão aos últimos números disponíveis: em 2006 as chegadas registaram um crescimento de 20%, tendo atingido 31% em 2007.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1.Comércio

O Panamá é um parceiro comercial pouco relevante para Portugal, tendo representado apenas 0,01% tanto do total das exportações portuguesas, como do total das importações, em 2007, situação que corresponde a posições modestas no ranking de clientes e de fornecedores (99^a e 108^a posições, respectivamente).

Importância do Panamá nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Como cliente	Posição	92 ^a	93 ^a	84 ^a	92 ^a	99 ^a
	%	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01
Como fornecedor	Posição	85 ^a	89 ^a	83 ^a	119 ^a	108 ^a
	%	0,03	0,02	0,03	0,01	0,01

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Valores estimados

Contudo, estes posicionamentos não se têm mantido regulares ao longo do período em análise, antes pelo contrário, sendo que no ano de 2005 o Panamá foi o nosso 84^o cliente, assim como o 83^o fornecedor.

As trocas comerciais são tradicionalmente desfavoráveis a Portugal (excepção no ano de 2006), embora as exportações tenham apresentado, no período 2003-2007, uma taxa média de crescimento bastante satisfatória, contudo não suficiente para equilibrar a balança comercial, já que o valor das importações prima por ser normalmente bastante superior àquelas, situação que também se reflecte no respectivo coeficiente de cobertura.

Já o comportamento do comércio bilateral durante o primeiro semestre de 2008, quando comparado com o mesmo período de 2007, mostra um comportamento anómalo, com um crescimento anormal nas exportações e um decréscimo assinalável nas importações.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007	Var. ^a	2007 Jan./Jun	2008 Jan./Jun	Var. ^b
Exportações	3.755	3.470	5.658	5.758	4.654	9,5%	2.262	2.928	29,4%
Importações	12.585	10.060	13.600	3.286	5.856	4,4%	3.081	2.606	-15,4%
Saldo	-8.830	-6.591	-7.942	2.472	-1.202	-	-818	322	-
Coef. Cobertura	29,8%	34,5%	41,6%	175,2%	79,5%	-	73,4%	112,4%	-

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2003-2007;

b) Taxa de crescimento homóloga

Numa análise de maior pormenor relativamente à evolução das exportações nacionais, verificaram-se, no período abrangido, movimentos irregulares, embora no seu conjunto tenham implicado uma média anual de crescimento que se situou perto de 10%.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	%	2006	%	2007	%
Máquinas e aparelhos	459	12,2	1.307	24,8	1.179	27,5
Produtos químicos	1.416	37,7	1.003	19,0	691	16,1
Calçado	55	1,5	245	4,7	383	9,0
Metais comuns	418	11,1	554	10,5	358	8,4
Minerais e minérios	50	1,3	90	1,7	315	7,4
Plásticos e borracha	4	0,1	333	6,3	291	6,8
Madeira e cortiça	43	1,1	41	0,8	201	4,7
Vestuário	402	10,7	185	3,5	191	4,5
Produtos alimentares	132	3,5	1.131	21,5	184	4,3
Combustíveis minerais	0	0,0	1	0,0	137	3,2
Matérias têxteis	82	2,2	93	1,8	130	3,0
Veículos e outro material de transporte	42	1,1	10	0,2	40	0,9
Produtos agrícolas	101	2,7	28	0,5	37	0,9
Peles e couros	0	0,0	0	0,0	16	0,4
Instrumentos de óptica e precisão	456	12,2	2	0,0	16	0,4
Pastas celulósicas e papel	52	1,4	151	2,9	7	0,2
Outros produtos	44	1,2	93	1,8	106	2,5
Total	3.755	100,0	5.268	100,0	4.281	100,0

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Nota: Os dados de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão, poderá haver discrepância, para aqueles períodos, entre estes totais e os da balança comercial.

Por grupos de produtos, e de certo modo acompanhando a evolução global das exportações nacionais, as máquinas e aparelhos figuram em 1º lugar, entre os vários exportados para o Panamá; muito embora se tenha registado uma ligeira quebra no respectivo valor em 2007, em termos de quota de mercado verificou-se uma ascensão de 24,8% para 27,5%. Em termos de produtos, dentro deste grupo, destacam-se os moldes, seguidos de partes destinadas às máquinas e aparelhos.

Seguem-se o grupo dos produtos químicos, em decréscimo acentuado muito particularmente nos medicamentos, do calçado, cujo valor exportado entre 2003/2007 subiu perto de 600% e dos metais comuns, grupo que aparece com o 4º valor mais elevado de exportação (embora com algumas irregularidades ao longo do período); neste grupo destacam-se os acessórios p/ tubos, de ferro fundido, ferro/aço. Os minérios e minerais mostram um acréscimo entre 2003/2007 de 530%, com as pedras de cantaria/construção a ser o principal produto deste grupo.

Para finalizar merecem uma chamada de atenção alguns movimentos: assim, em termos de crescimento, o registado no grupo dos plásticos e borracha, na madeira e cortiça e nos combustíveis minerais; em termos de decréscimo, o registo do vestuário, dos produtos alimentares (neste caso por uma quebra na exportação do tomate preparado ou conservado, não compensado por uma subida registada nos vinhos), dos agrícolas e dos instrumentos de óptica e precisão.

As importações nacionais do Panamá resumem-se praticamente a produtos agrícolas, representando 94% do total importado.

Em termos de produtos, destacam-se as bananas e outras frutas, gorduras/óleos de mamíferos marinhos, moluscos e crustáceos, café e peixe congelado.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	%	2006	%	2007	%
Produtos agrícolas	12.483	99,2	3.248	98,8	5.495	94,0
Metais comuns	7	0,1	7	0,2	163	2,8
Plásticos e borracha	0	0,0	0	0,0	98	1,7
Matérias têxteis	0	0,0	1	0,0	37	0,6
Peles e couros	0	0,0	0	0,0	31	0,5
Madeira e cortiça	68	0,5	3	0,1	10	0,2
Máquinas e aparelhos	1	0,0	0	0,0	9	0,2
Produtos químicos	7	0,1	0	0,0	3	0,0
Instrumentos de óptica e precisão	16	0,1	20	0,6	1	0,0
Combustíveis minerais	1	0,0	0	0,0	0	0,0
Minerais e minérios	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pastas celulósicas e papel	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Produtos alimentares	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Vestuário	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Calçado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Veículos e outro material de transporte	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros produtos	2	0,0	6	0,2	2	0,0
Total	12.585	100,0	3.286	100,0	5.849	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Os dados de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão, poderá haver discrepância, para aqueles períodos, entre estes totais e os da balança comercial

No que se refere aos movimentos relativos ao 1º semestre de 2008, quando comparados com os do período homólogo de 2007, nas exportações destacam-se grandes acréscimos nos tubos e acessórios de plástico (+865%), nas bombas para líquidos (+163%) e nos vinhos (+104%); nas importações os decréscimos verificaram-se essencialmente nas bananas (-41%), no café (-5%), nos moluscos (-21%) e nas sucatas de ferro fundido, ferro ou aço (-26%). Existe ainda uma variada gama de outros produtos em decréscimo, cujos valores individuais são de menor importância.

3.2. Investimento

Estatísticas e informações de pormenor sobre o investimento bilateral são considerados confidenciais.

3.3. Turismo

Estatísticas e informações de pormenor sobre o turismo dos habitantes do Panamá em Portugal, não se encontram disponíveis.

4. Relações Internacionais e Regionais

A República do Panamá é membro, nomeadamente, do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Faz parte da Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 6 de Setembro de 1997.

A nível regional este país integra o Sistema Económico Latino-Americano (SELA), a Associação de Estados do Caribe (AEC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

O SELA, organização regional intergovernamental criada em 17 de Outubro de 1975, é composta por 26 países da América Latina e Caribe (Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) e visa acelerar o crescimento económico e social entre os seus membros através da cooperação inter-regional e desenvolver um sistema permanente de consulta e coordenação para adopção de posições estratégicas comuns em matéria de natureza económica e social.

A AEC, constituída em 24 de Julho de 1994, conta com 25 Estados-membros e tem como principal objectivo promover a cooperação entre todos os países participantes, prestando particular atenção às áreas do comércio, transportes e turismo. Para além do Panamá fazem parte desta Associação os seguintes países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, República Dominicana, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Por sua vez a OEA/OAS, instituída em 1948 pelas 35 nações do hemisfério ocidental, visa promover práticas de boa gestão governamental, fortalecer os direitos humanos, incentivar a paz e a segurança, expandir o comércio, e encontrar soluções para os problemas provenientes da pobreza, drogas e corrupção entre os “povos das Américas”.

A nível do relacionamento com a União Europeia (UE) está em vigor (desde Março de 1999) o Acordo-Quadro de Cooperação (económica, comercial, industrial, científica e tecnológica, para o desenvolvimento, etc.) entre a Comunidade e os países da América Central – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Em Dezembro de 2003 foi assinado um novo Acordo, representativo de uma etapa mais avançada de cooperação entre as duas regiões, ainda não ratificado pelas partes.

De referir, ainda, que a Comunidade financia medidas destinadas a promover a cooperação com os países, territórios e regiões em desenvolvimento. Assim, o Regulamento n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro, institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento com aplicação entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

Para a América Latina (o Panamá consta dos países elegíveis) a assistência comunitária incide, especialmente, nos seguintes domínios de cooperação:

- Promoção da coesão social (luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão);
- Promoção de uma maior integração regional;
- Apoio ao reforço da boa governação e das instituições públicas, bem como da protecção dos direitos do Homem;
- Apoio à criação de um espaço comum UE-América Latina do ensino superior;
- Promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões com especial atenção à protecção da floresta e à diversidade biológica.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1. Regime Geral de Importação

Desde a adesão do Panamá à OMC, em Outubro de 1997, o regime proteccionista que vigorava no país tem vindo a dar lugar a uma progressiva liberalização da economia.

As importações não estão, de um modo geral, sujeitas a formalidades especiais, sendo no entanto exigida emissão de licença/autorização por parte de vários organismos governamentais para a entrada de certos produtos: Ministério da Saúde (ex.: produtos farmacêuticos, produtos alimentares e cosméticos); Ministério do Desenvolvimento Agro-Pecuário (ex.: produtos lácteos, milho e cebola); Ministério do Comércio e Indústrias (ex.: maquinarias, equipamentos, componentes e produtos semi-processados).

Os principais documentos requeridos nas importações são: Factura Comercial original; Conhecimento de Embarque; Declarações necessárias (consoante os bens importados) e Lista de Embalagens.

Importa também referir que existe regulamentação técnica específica, nomeadamente relativa a rotulagem e certificação, que obriga ao cumprimento de *standards* de qualidade para produtos agrícolas e alimentares (CODEX Alimentarius), produtos farmacêuticos e veterinários, entre outros, que passam pela realização de análises, recolha de amostras, registos sanitários e emissão de certificados de várias ordens: sanitários, fitossanitários, de conformidade, etc.

No que respeita à Pauta Aduaneira o Panamá segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, sendo os direitos aduaneiros na sua maioria “ad valorem”, calculados sobre o valor CIF das mercadorias. Com excepção de determinados produtos (ainda submetidos a taxas bastante agravadas - essencialmente produtos agrícolas, como medida de protecção do sector agrícola nacional), a política do Governo tem-se traduzido numa baixa gradual dos direitos aduaneiros que variam, actualmente, entre os 3% e os 40%.

Para além destas imposições alfandegárias, os produtos estão ainda sujeitos a uma taxa de 5% a título de Imposto de Transferência de Bens Móveis e Serviços (ITBMS). Para licores e cigarros esta taxa é de 10% e 15%, respectivamente; estão isentos deste pagamento os produtos alimentares, as bebidas gaseificadas, os óleos e lubrificantes, os medicamentos, os artigos escolares, as sementes e os fertilizantes agrícolas.

Os direitos aduaneiros cobrados na entrada dos produtos portugueses (ou de qualquer país comunitário) no Panamá podem ser consultados, por produto e de forma actualizada, quanto ao momento da exportação, na página *web* “Market Access Database/Applied Tariffs Database”, da responsabilidade da União Europeia (<http://mkaccdb.eu.int>).

As mercadorias importadas na “Zona Franca de Colon” e nas “Zonas de Processamento para Exportação” (criadas em 1992) estão isentas do pagamento de tarifas aduaneiras, impostos e taxas.

5.2. Regime de Investimento Estrangeiro

O Governo do Panamá promove o investimento estrangeiro, baseando-se o regime em vigor no princípio da não discriminação entre nacionais e estrangeiros, podendo as empresas ser detidas na sua totalidade por capital externo. O livre repatriamento de capitais, lucros e dividendos é outra característica a destacar.

O Panamá não dispõe de legislação específica que enquadre o regime do investimento estrangeiro, mas um conjunto diversificado e disperso de diplomas que, directa ou indirectamente, se relacionam com esta temática, nomeadamente: legislação relativa às sociedades comerciais; excertos do Código Comercial; disposições laborais; regime legal de incentivos às exportações, desenvolvimento industrial, micro e pequenas empresas e ao sector turístico.

Não obstante o princípio da não discriminação em razão da nacionalidade, a Constituição do Panamá consagra a possibilidade do Governo estabelecer condições especiais ou vedar o acesso a determinadas actividades económicas a cidadãos estrangeiros por razões de saúde, segurança pública e/ou defesa da economia nacional. Assim, existem restrições em alguns sectores económicos: a actividade de radiodifusão está reservada apenas aos cidadãos nacionais; a aquisição de terrenos por parte de cidadãos estrangeiros não é possível quando aqueles se encontrem situados a menos de 10 km da fronteira; e a pesca de determinadas espécies está limitada aos investidores nacionais.

Relativamente aos procedimentos e tramitação dos processos de investimento não é necessário autorização prévia, salvo quando estão em causa projectos candidatos à concessão de incentivos. No entanto, para aceder a algumas sectores de actividade é necessário obter licença especial (de natureza comercial ou industrial) – é o caso do sector bancário, sector segurador, serviços públicos, empresas de transporte internacional, algumas actividades comerciais/industriais ou serviços (ex.: empresas de distribuição; restauração; farmácias; e construção civil).

A “Dirección Nacional de Promoción de la Inversión” é o organismo responsável pela atracção do investimento directo no Panamá, nacional ou estrangeiro, tendo em vista o desenvolvimento dos sectores económicos considerados prioritários: serviços, turismo, novas tecnologias, telecomunicações e o sector marítimo. Esta entidade conta com dois departamentos coadjuvantes: “Dirección General de Servicios al Inversionista” (procura facilitar e agilizar os processos de investimento, disponibilizando assessoria e apoio informativo ao potencial investidor, nomeadamente na área das oportunidades de negócio, estatística e indicadores económicos, entre outros temas relevantes) e “Dirección General de Mercadeo y Venta de Proyectos de Inversiones” (responsável pela promoção dos sectores económicos prioritários para o Estado, definindo estratégias e políticas de atracção do investimento nacional e estrangeiro).

O Panamá definiu um amplo quadro legal para incentivar e promover as operações de investimento realizadas no país (foram publicados mais de 40 diplomas jurídicos), com os objectivos de salvaguardar e conferir segurança jurídica a estas operações e de apoiar, especificamente, determinados sectores / actividades económicas considerados prioritários.

As medidas legais vão desde a concessão de apoios fiscais e tributários no sector do turismo (restauração), indústria marítima, sectores agrícola (reflorestação) e mineiro, dinamização da indústria nacional e das exportações, estabelecimento de empresas financeiras; à alteração da lei de trabalho com vista à flexibilização das relações laborais; passando pelos benefícios resultantes para as empresas instaladas nas chamadas “Zonas de Processamento para Exportação”.

Para recorrer aos incentivos os investidores têm que cumprir determinados requisitos legais: obtenção de visto de investidor (o que implica a apresentação de documentação específica); indicação prévia de qual a área de negócio onde quer investir (respeitando as restrições existentes nesta matéria para os cidadãos não nacionais já referidas anteriormente); e entrega de montante mínimo de capital próprio no

valor de 40.000 dólares (não goza do estatuto de investidor estrangeiro o cidadão não residente que obtenha financiamento local para a criação e desenvolvimento do seu negócio, não podendo, portanto, aceder aos incentivos atribuídos por lei).

Entre Portugal e o Panamá não foram celebrados Acordos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento ou de promoção e protecção de investimento.

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Decreto n.º 41, de 11 de Dezembro, de 2002* – Relativo ao regime aduaneiro.
- *Lei n.º 25, de 30 de Novembro, de 1992* – Estabelece um regime especial, integral e simplificado para a criação e funcionamento das “Zonas de Processamento para Exportação”.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Lei n.º 5/2007, de 11 de Janeiro, de 2007* – Agiliza o processo de criação de empresas e estabelece outras disposições.
- *Decreto Executivo n.º 26, de 12 de Julho de 2007* – Regula a Lei n.º 5/2007, que agiliza o processo de criação de empresas e estabelece outras disposições.
- *Lei n.º 54, de 22 de Julho, de 1998 (modificada pela Lei n.º 25, de 1995)* – Define medidas para conferir estabilidade jurídica às operações de investimento.
- *Lei n.º 44, de 12 de Agosto, de 1995* – Altera o Código de Trabalho para modernizar o regime legal das relações laborais.
- *Lei n.º 28, de 20 de Junho, de 1995* – Adota incentivos gerais à produção.
- *Lei n.º 8, de 14 de Junho, de 1994* – Promove as actividades turísticas.
- *Lei n.º 24, de 23 de Novembro, de 1992* – Define incentivos especiais para a indústria de reflorestação.
- *Lei n.º 9, de 1989* – Adota incentivos às micro e pequenas empresas.
- *Lei n.º 3, de 28 de Janeiro, de 1988* – Cria incentivos à indústria mineira.

- *Lei n.º 3, de 20 de Março, de 1986* – Estabelece o regime de incentivos à promoção e ao desenvolvimento da indústria e das exportações.
- *Lei n.º 2, de 20 de Março, de 1986* – Define o apoio à produção e exportação de produtos agropecuários.
- *Lei n.º 16, de 14 de Julho, de 1982* – Sobre as privatizações.
- *Decreto n.º 114, de 28 de Abril, de 1969* – Estabelece incentivos à indústria hoteleira.
- *Decreto-Lei n.º 18, de 17 de Junho, de 1948 (lei base)* – Cria a Zona Franca de Colon.

Para mais informação sobre mercados externos consulte a “Jurisnet” - <http://www.portugalnews.pt/juris/matriz.asp>

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Não é necessário visto de turismo por um período inferior a 90 dias. Basta apresentar o passaporte válido e adquirir à chegada o cartão de turista.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado do Panamá é a seguinte (Novembro de 2008):

Curto prazo: Aberta sem condições restritivas.

Médio / longo prazo: Não definida.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

Hora Local

UTC - 5 horas

Horários de Funcionamento

Serviços públicos:

07h30-15h30 (segunda a sexta-feira, embora possam existir alguns casos diferentes)

Escritórios:

8h00-17h00 (segunda a sexta-feira)

Nas reuniões a pontualidade é apreciada.

Bancos:

08h00-15h00 (segunda a sexta-feira)

08h30-12h00 (sábado)

Comércio:

09h00-20h00 (segunda-feira a sábado)

Em numerosos casos o comércio está aberto aos domingos.

Feriados

Datas Fixas:

1 de Janeiro – Ano Novo

9 de Janeiro – Dia dos Mártires

1 de Maio – Dia do Trabalhador

15 de Agosto – Fundação da Cidade do Panamá (apenas na Cidade do Panamá)

3 de Novembro – Dia da Independência (separação da Colômbia)

4 de Novembro – Dia da Bandeira

5 de Novembro – Dia da Independência (apenas em Colón)

10 de Novembro – Dia do Clamor da Independência

28 de Novembro – Dia da Independência de Espanha

8 de Dezembro – Dia da Imaculada Conceição (dia da Mãe)

25 de Dezembro – Dia de Natal

Datas móveis:

Entre outros

Carnaval

Páscoa (Sexta-feira Santa e Sábado de Aleluia)

Corrente Eléctrica

Variável entre os 110/120 volts, 60Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico e também o sistema imperial.

7. Endereços Diversos

Embaixada do Panamá em Lisboa
Av. Helene Keller, 15 – Lote C, 4º Esq.
1400-197 Lisboa - Portugal
Tel.: (+351) 213 642 899 | Fax: (+351) 213 644 589
E-mail: panemblisboa@netc.pt

aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE
Sede: O' Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430, 2.º
4150-074 Porto – Portugal
Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA
Direcção Internacional
Av. da República, 58
1069-057 Lisboa - Portugal
Tel.: (+351) 217 913 821 | Fax: (+351) 217 913 839
E-mail: International@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Nota: Não existe representação diplomática portuguesa no Panamá, sendo os assuntos deste país acompanhados pela Embaixada de Portugal em Bogotá, Colômbia:

Embaixada de Portugal em Bogotá
Chancelaria: Cra. 12 nº 93-37
Oficinas 302/303
Bogotá col1 – Colômbia
Tel.: (+571) 6221334 / 6222345 / 6221356 (Chancelaria) | Fax: (+571) 6221134
E-mail: emporbo@andinet.com

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Altos de Ancón
Complejo Narciso Garay
Panamá 4 - República do Panamá
Tel.: (+507) 2270013 | Fax: (+507) 2274725
<http://www.mire.gob.pa>

Ministério de Economía y Finanzas
Ave Perú, Antiguo Edificio de Hacienda y Tesoro
Ciudad de Panamá – República do Panamá
Tel.: (+507) 506 6600 (Economía), (+507) 507 7600 (Finanças)
E-mail: mailto:dgireclamos@mef.gob.pa | <http://www.mef.gob.pa/>

Banco Nacional de Panamá
Casa Matriz
Via España
Apartado 5220
Ciudad de Panamá - República de Panamá
Tel.: (+507) 505 2000 | Fax: (+507) 269 0091
E-mail: bnpvalores@cwpanama.net | <http://www.banconal.com.pa>

Instituto Panameño de Turismo (IPTA)
Avenida Aquilino de la Guardia y calle Gerardo Ortega
Edificio Central, piso 1.
Ciudad de Panamá 5 - República do Panamá
Tel.: (+507) 226 7000 | Fax: (+507) 226 3483
E-mail: info@visitpanama.com | <http://www.atp.gob.pa>

Dirección de Estadística y Censo
Avenida Balboa y Federico Boyd
0816-01521 Ciudad de Panamá
República de Panamá
Tel.: (+507) 510 4777 | Fax: (+507) 510 4355
E-mail: comsocial@cwpanama.net | <http://www.contraloria.gob.pa>

Cámara de Comercio, Industrias Y Agricultura de Panamá
Avenida Cuba y Ecuador, frente parque Porras
Ciudad de Panamá - República de Panamá
Tel.: (+507) 207 3400 | Fax: (+507) 207 3425
E-mail: <mailto:juridico@panacamara.org> | <http://www.panacamara.com/>

Administración Zona Libre De Colón
P.O. Box 1118
Zona Libre de Colón
República de Panamá
Tel.: (+507) 475 6512 | Fax: (+507) 475 9622
E-mail: zonalibre@zolicol.org | <http://www.zonalibredecolon.com.pa/>

8. Fontes de Informação

8.1. Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre o Panamá

- Título: “Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 01/2007

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Guia Prático - Apoios Financeiros à Internacionalização”
Edição: 10/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008

- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 11/2005
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas Através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação Online pode ser consultada em <http://www.portugalnews.pt/econo/matriz.asp>

8.2. Endereços de Internet

- *Asociación Panameña de Agencias de Viajes y Turismo* – www.apavitpanama.org
- *Bolsa de Valores de Panamá* – www.panabolsa.com
- *Business Panama* – www.businesspanama.com
- *Cámara de Comercio, Industrias y Agricultura de Panamá* – www.panacamara.com/
- *Consejo Nacional de la Empresa Privada (CONEP)* – www.conep.org.pa
- *Dirección General de Aduanas* – www.aduanas.gob.pa/
- *Legal-Info Panamá* – www.legalinfo-panama.com/
- *Ministerio de Comercio e Industrias* – www.mici.gob.pa/

- *Ministerio de Economía y Finanzas* – www.mef.gob.pa
- *Ministerio de la Presidencia* – www.presidencia.gob.pa
- *Superintendencia de Bancos de Panamá* – www.superbancos.gob.pa
- *Zona Libre de Colón* – www.colonfreezone.com